

COMTEXTOS

working papers - série 2|n.º5| 2019

Ativismo feminista e academia:
estudo acerca de periódicos de
Brasil, Moçambique e Portugal.

Sérgio Antônio Silva Rêgo
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
Universidade do Minho

COMTEXTOS

Publicação eletrónica seriada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Pólo da Universidade do Minho (CICS.NOVA-UMinho).

ISSN 2182-7672

Comissão Científica:

Ana Maria Brandão (diretora)

Maria João Simões

Teresa Mora

Rodrigo da Costa Dominguez

Edição:

Rita Moreira

Morada de contato:

Universidade do Minho,

Campus de Gualtar

4710-057 Braga

Tel: +351 253 601 752

cics@ics.uminho.pt

Rêgo, Sérgio Antônio Silva – “Ativismo feminista e academia: estudo acerca de periódicos de Brasil, Moçambique e Portugal”. *ComTextos*, série 2, nº5, 2019, pp. 1-24.

Ativismo feminista e academia: estudo acerca de periódicos de Brasil, Moçambique e Portugal

SÉRGIO ANTÔNIO SILVA RÊGO*

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Universidade do Minho

Resumo

Este working paper está baseado nas primeiras discussões levantadas por nossa investigação, que analisa a construção intelectual feminista em periódicos acadêmicos online desde os anos 1990, oriundos de uma produção em língua portuguesa, nomeadamente de Brasil, Moçambique e Portugal. Com trajetórias históricas e culturais em comum e que, no contexto acadêmico, são consideradas periféricas, essas realidades podem fomentar novos paradigmas por meio de interpretação e formação de novos quadros do feminismo. Nosso arcabouço teórico assenta no pós-colonialismo. Baseamos esse trabalho numa revisão bibliográfica acerca dos contextos indicados. Por meio disso, procuramos perceber, comparativamente, se existem, e havendo, como se processam, as convergências e/ou dissonâncias entre essas produções. Assim, visamos compreender o feminismo lusófono e como este atua, que relações são estabelecidas ou verificar casos de negativas ou ausências. Utilizamos uma metodologia qualitativa por meio do estudo de casos e fazendo uso de técnicas de análise de conteúdo categorial e entrevista semidirretiva.

Palavras-chave: Feminismo acadêmico; produções feministas; feminismo lusófono; publicações acadêmicas; feminismo e ciência.

Abstract

This working paper is based on the preliminary debates of our research, which analyzes feminist intellectual contributions in Portuguese language online academic journals since the 1990s, namely from Brazil, Mozambique and Portugal. With common historical and cultural trajectories that are considered peripheral in the academic context, these realities can foster new paradigms through the interpretation and formation of

* Investigador colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho. Doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho. E-mail: santoniorego@gmail.com.

new feminist frameworks. Our theoretical framework is based on post-colonialism. Our empirical work is based on a literature review from the scientific production of the above-mentioned countries in order to know, comparatively, whether there are and if so what are the convergences and / or dissonances between their productions. Thus, we aim to understand if there is a Lusophone feminism, how it operates, and what kind of relationships are established. In order to attain this goal, we resort to qualitative case-studies, content analysis and semi-structured interviews.

Keywords: Academic feminism; feminist production; Lusophone feminism; academic journals; feminism and science.

Introdução

Nossa investigação¹ se propõe perceber quais e como são as epistemologias utilizadas pelas feministas em suas publicações científicas online, nomeadamente dos contextos de Brasil, Moçambique e Portugal especificamente a partir da década de 1990 em publicações periódicas autointituladas feministas. Quando estas não possuem essa prerrogativa, procuramos identificar, na própria publicação, artigos assinados por feministas e que tratem da temática. Sendo assim, as publicações que compõem nosso material documental são cinco: do Brasil, a *Revista de Estudos Feministas* (REF), de 1992, e *Cadernos Pagu*, de 1993; de Moçambique, *Estudos Moçambicanos*, de 1980; e de Portugal, *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher e ex aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, ambas de 1999.

Compreendemos que as epistemologias feministas (Alcoff e Potter, 1993) desempenham uma profunda e perene crítica ao androcentrismo, ao colonialismo e ao universalismo no âmbito científico, mas não somente neste. O pós-colonialismo, matriz teórica de nossas análises, conforme aponta Mignolo (2017), é a episteme criada para que aquele/a que foi colonizado passe a escrever sua trajetória a partir do seu próprio ponto de vista. Sendo assim, acreditamos ser importante a contribuição de tais teorias para a compreensão dos fenômenos aqui investigados.

De maneira geral, a crítica aos discursos hegemônicos alimentou a ideia de criação dos estudos sobre subalternidades (Spivak, 2010), que, por sua vez, são fruto de experiências teóricas, culturais e políticas do Sul (geográfico, metafórico e epistêmico) em associação com teorias mais críticas de contextos sociais opressores que configuram uma mudança do paradigma dominante. Trata-se do que Connell (2012) denomina como Metrocentrismo do Sul, que é compreendido enquanto sobrevalorização da produção exercida por aquelas universidades e/ou centros de pesquisas que não estão no Norte global ou

¹ Epistemologias feministas no mar lusófono: “navegar é preciso, viver não é preciso”. Um estudo comparado da produção científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Moçambique e Portugal, orientada pela Professora Doutora Ana Maria Brandão.

mesmo teórico. Desse modo, Santos e Meneses (2010) advertem para a necessidade de aprender com as experiências do Sul, sem o idealizar ou romancear, nem esquecer as contribuições trazidas até então, mas sim, evidenciando outras práticas exitosas pouco visibilizadas que podem vir a ser utilizadas. Por outras palavras, procura-se ampliar o leque de possibilidades de atuação e articulação.

Nossa investigação parte da seguinte pergunta: Que epistemologias as feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal têm construído através de publicações em periódicos científicos *online* e como ocorrem seus desdobramentos em termos de ações políticas em suas conjunturas? Ainda na tentativa de identificar e analisar as aproximações e/ou dissonâncias, além de possíveis ausências, entre essas produções, como se pode articular um ativismo – político e acadêmico – nos contextos de pesquisa citados? Nesse sentido, procuramos perceber como se processa a construção da produção feminista dessas realidades, nomeadamente a partir da década de 1990, período de profunda mudança nos cenários da teoria social e, conseqüentemente, das epistemologias apresentadas nesses periódicos. Podemos afirmar se existe ou não ativismo feminista nesses quadros e, havendo, como se manifesta? Quais de suas pautas podem ser encontradas nas publicações que iremos investigar? Como isso pode ser percebido em termo de ações políticas?

A fim de melhor operacionalizar aqueles objetivos, empregaremos uma metodologia de cariz qualitativo, aprofundada por perspectivas descritas como feministas, as quais podem ser inscritas no que se designa “metodologia feminista”. O método utilizado será o estudo de casos, que incluirá como técnicas de investigação principais a análise de conteúdo, além de entrevistas semidiretivas com as editoras das publicações envolvidas.

Para tanto, enquanto objetivos específicos propomos: mapear as principais publicações científicas feministas, em periódicos online, de Brasil, Moçambique e Portugal, a partir de 1990; com base na análise de conteúdo dessas publicações, identificar as principais perspectivas epistemológicas que fundamentam as ações de militância das feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal a partir da análise dos conteúdos dessas publicações; comparar que temáticas os feminismos suscitam no debate acadêmico das feministas do Brasil, Moçambique e Portugal e que convergências existem entre eles; verificar a possível existência de similitudes entre as produções feministas analisadas e, ocorrendo, perceber como elas podem justificar-se enquanto atos políticos.

1. Detalhamento do percurso metodológico

A investigação está delimitada ao estudo do feminismo acadêmico num espaço lusófono em um país do continente africano, um americano e um europeu, nomeadamente em Moçambique, Brasil e Portugal. A escolha destas realidades se deu, em primeiro lugar, pela articulação histórica e cultural desses contextos;

em segundo lugar, pela trajetória de luta e seus projetos de enfrentamento para a formação de consciência e empoderamento feminino por meio do ativismo acadêmico, sobretudo na perspectiva de concretização dessa dimensão (First, 1980; Corrêa, 2001; Costa, 2005; Meneses, 2016; Pereira e Santos, 2014); e, em terceiro lugar, pelo ativismo empreendido por meio da produção e difusão de ciência que visa, dentre outras propostas, contribuir para a erradicação de processos discriminatórios exercidos em variados níveis.

Podemos partir das seguintes interrogações: como se processa a produção ativista feminista que podemos nomear lusófona? Onde estão localizadas? Que epistemologias fundamentam essas contribuições? Há articulação entre as realidades que estamos investigando? Tendo em vista a nossa pergunta inicial, procuramos articular os desafios já postos através da análise de realidades sócio-históricas, culturais e políticas distintas pelo fato de não existir uma bibliografia específica que verse sobre o cruzamento da temática estudada. Dessa maneira, procuramos perceber como as manifestações, à escala nacional de cada país investigado, servem como referência para a produção acadêmica e se há articulação entre essas realidades.

Para além das razões expostas, procuramos perceber como se identifica(m) a(s) produção(ões) feminista(s) em espaços territoriais distintos. Como se processam os feminismos dos contextos investigados? Será que a distinção entre eles em cotidianidades continentais é tão diversa entre si – Moçambique, país encravado na África Austral, além da produção Ibérica, com Portugal, e continental, no caso do Brasil? Já que todas são consideradas realidades academicamente periféricas, quando nos referimos à produção dos países do centro.

Nossa investigação será realizada mediante uma metodologia qualitativa, com objetivos compreensivos e interpretativos, a partir da técnica da análise de conteúdo temática ou categorial e de entrevistas semidiretivas. Minayo (1994: 21), aponta a pesquisa qualitativa como a perspectiva de maior proximidade e contato com o objeto, além da função social que a investigação desempenha, diferentemente das ciências biológicas ou da natureza, não significando o seu enclausuramento. Conforme a autora, com a qual concordamos, “o objetivo das *Ciências Sociais* é essencialmente qualitativo” (idem), na medida em que não há como dissociar humano e construção sócio histórica, pois é dessa relação que resulta a dimensão dos significados, cabendo aos/às cientistas analisá-los.

A pesquisa qualitativa nos remete a um modelo de percepção aprofundada sobre o objeto de investigação, sobretudo, por permitir a confluência de técnicas bastante aplicadas pelas produções feministas após as décadas de 1960/70. Fazer uso dessa metodologia implica entender sua articulação com as colaborações advindas da crítica feminista à ciência, a qual muitas feministas denominam como Metodologia Feminista (Castañeda, 2008; Dias, 1994; García, 1998; Lagarde, 2000; Mies, 1998; Narvaz e Koller, 2006; Ramazano lu e Holland,

2002; Taylor, 1998). Portanto, compreendemos a metodologia feminista como aquela mais próxima de nossa realidade de investigação na medida em que permite o cruzamento de técnicas, e possui seus usos já consolidados nas ciências sociais, além de aferir, de forma mais densa, resultados em temáticas que vão de universos micro a macro.

Para a constituição do *corpus* de documentos, iremos pesquisar até duas publicações periódicas acadêmicas *online* de cada país onde esse critério conseguir ser atendido, a julgar por realidades socioculturais dispare, sobretudo, no processo de implementação e fomento das ciências, que possuem perfis distintos, fruto, nomeadamente, de complexos processos políticos de incentivo e uso do conhecimento. Isso se refere à manutenção, financiamento, distribuição e estímulo às publicações por parte de organismos governamentais (universidades e agências de pesquisas), Organizações Não Governamentais (ONG) ou mesmo de movimentos e demais organizações sociais.

Assim, os periódicos serão primeiramente identificados seguindo uma dupla categorização pelo fato de as realidades investigadas possuírem uma diferença considerável em relação à produção das publicações. Dividimo-los em dois grupos, A e B, sendo o primeiro relativo às publicações de Brasil e Portugal e o segundo a Moçambique. Esse duplo critério não inviabiliza a produção africana (em menor número) em detrimento das demais. Parece ser, aliás, esta forma a única que permite atender aos objetivos de nossa investigação, demonstrando a incipiência das publicações feministas acadêmicas desse país.

Estabelecemos os seguintes critérios para o grupo A: 1) ser uma publicação autointitulada feminista em sua linha editorial, *online*; 2) ter iniciado sua publicação a partir da década de 1990, período de um aumento no número de trabalhos relativos à teoria crítica feminista e de maior utilização da categoria gênero, por outras palavras, uma década de aprofundamento dos conceitos, métodos e discussões feministas, sobretudo nas academias do ocidente; 3) possuir relevância nos cenários nacional e internacional, avaliada a partir das plataformas de indexação, assim como de estatísticas fornecidas por suas bases de dados; e 4) haver, majoritariamente, em suas contribuições, artigos em língua portuguesa.

Para o grupo B, devido à sua produção incipiente, traçamos os seguintes critérios: 1) ser uma publicação onde autointituladas feministas publiquem suas análises/discussões; 2) estar disponível *online*; 3) possuir, pelo menos, 10 números publicados; e 4) possuir contribuições em língua portuguesa.

Após esse processo de seleção, estabelecemos a análise dos números das publicações a cada 10 anos, para as revistas do grupo A. Para o grupo B, esse aspecto será alterado, no sentido de identificar, em todas publicações a partir da década de 1990, artigos que tratam das discussões que envolvam feminismo e/ou gênero. Nesse último caso, além de suas linhas editoriais feministas, e a depender do quantitativo de material encontrado, ressaltamos que será

observada a presença dessas publicações nas secções de artigos livres e dossiês. A partir dessa classificação, realizamos a recolha de material para análise. Esperamos, com isso, perceber se ocorre alteração ou não das epistemologias utilizadas e, a partir desses resultados, iniciar a comparação dos cenários investigados a fim de traçar aproximações, dissonâncias ou mesmo vazios. Essa recolha foi realizada consultando os bancos de dados dos periódicos encontrados que atendam aos critérios expostos anteriormente².

Tabela 1: Síntese de grupos, revistas e edições investigadas

Grupo	Publicações	País	Anos	Edições analisadas
A	Revista de Estudos Feministas	Brasil	1992-2012	v. 0, n. 0 v. 10, n. 1 v. 10, n. 2 v. 20, n. 1 v. 20, n. 2 v. 20, n. 3
A	Cadernos Pagu	Brasil	1993-2013	n. 1 n. 20 n. 21 n. 40 n. 41
B	Estudos Moçambicanos ⁽¹⁾	Moçambique	1991-2014	n. 10 n. 11-12 n. 14 n. 17 n. 21 n. 23
A	Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher	Portugal	1999-2009	n. 1-2 n. 21 n. 22
A	ex aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres	Portugal	1999	n. 1 n. 19 n. 20 n. 39

(1) A revista começou a ser publicada em 1980 e teve circulação até o ano de 2014. O foco, a partir da década de 1990, é para estabelecer coerência nos padrões de análise temporal. Consideramos que essa escolha metodológica não incida numa perda de resultados.

Num primeiro momento, será realizada a pesquisa empírica através da consulta nos arquivos online dos periódicos e recolha de material das realidades indicadas. Até ao momento, e em relação aos artigos analisados, estes somam um total de 205 distribuídos da seguinte maneira: *Revista de Estudos Feministas* (79), *Cadernos Pagu* (51), *Estudos Moçambicanos* (17), *Faces de Eva* (18) e *ex aequo* (40). A análise e tratamentos dos dados será marcada pela sistematização das principais contribuições epistemológicas dos artigos selecionados. Inicialmente, nossas análises centram-se sobre as temáticas gerais trabalhadas pelo conjunto descrito. Posteriormente, levamos em considerações

² No entanto, vale ressaltar que a publicação portuguesa *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher* não possui em sua integralidade, as publicações online, apenas a partir de 2014, com o número 32 é que a revista passa a publicar nesse formato e de maneira aberta, os demais números encontram-se em versão impressa.

as temáticas tratadas e sua periodicidade, em décadas, evidenciando as realidades separadamente. Finalmente, procederemos à análise das referências teóricas que fundamentaram tais produções e, por fim, à catalogação dos dados obtidos. Optamos por utilizar, enquanto técnica de análise, a análise de conteúdo temática ou categorial (Bardin, 2016), uma técnica de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

No quadro de nossa investigação, procuramos caracterizar o modo como o ativismo acadêmico feminista se manifesta por meio de suas publicações, nomeadamente em periódicos, na medida em que a dimensão da divulgação é carregada de posicionamento político como destacam Ferreira (2001), Joaquim (2004), Lopes e Piscitelli (2004), Maluf (2004), Melo (2003), Minella (2003) e Silva (2013), além da agilidade em atender pautas, com uma regularidade maior e despertando interesses de uma audiência cada vez mais intensa. Destacamos o potencial de ativismo dessas publicações a partir de seus editoriais ou artigos de apresentação (First, 1980; Lavinas, 1992, Piscitelli, 1993; ex æquo, 1999; Osório, 1999). O engajamento é um elemento em comum. Esses trabalhos, de forma geral, argumentam quais as contribuições que os diversos feminismos, com destaque para o acadêmico (Harding, 1998), oriundos de múltiplas concepções epistemológicas, nas realidades investigadas, trazem para uma efetiva mudança e introdução de novas categorias e problematizações (Amâncio, 2003; Casimiro, 2015; Costa, 2005; Narvaz e Koller, 2006; Pereira e Santos, 2014; Scott, 1990).

A análise de conteúdo é uma técnica de recolha, organização, sistematização e análise de dados, sendo as fontes orais e/ou textuais, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das categorias apresentadas pela investigação. Utilizaremos a análise temática ou categorial, a qual, conforme Bardin (2016: 31), possui duas funções: a heurística, exercida a partir da recolha e análise e visando a formação de um novo conhecimento; e a de administração da prova, que possibilita testar hipóteses encontradas e confirmar, ou não, uma teoria a partir de um suporte teórico.

A análise de conteúdo não é “um instrumento, mas [...] um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto...” (*idem*: 33). Essa categorização, geralmente, emprega um processo através do qual se adota um sistema de tipologias, procurando-se repartir os elementos do material à medida que vão sendo encontrados. De fato, com base nos conceitos acentuados no quadro teórico, é possível definir a categorização adequada para a análise, tomando por base principalmente a frequência com que surgem as epistemologias feministas nos discursos, por um lado, e, pelo

outro lado, a sua ausência nestes, fornecendo subsídios empíricos para a elaboração do relatório parcial da análise de conteúdo.

Num outro passo da investigação, realizaremos entrevistas semidiretivas com as diretoras das publicações selecionadas. Estabelecemos o número de cinco pessoas, uma para cada publicação. Todavia, esse número pode vir a sofrer uma pequena variação. Acreditamos que esse elemento irá permitir-nos conhecer com mais profundidade a política de editoração, os temas escolhidos para os números e a frequência de veiculação, além de sua relação com os meios universitários e se há, ou não, articulação/colaboração de outras realidades. As entrevistas serão gravadas, com posterior transcrição e análise do conteúdo para a construção do relatório de conclusões.

2. Feminismos lusófonos: a localização da temática

A investigação que está em andamento pretende, como referido, analisar se pode ser defendida a ideia de um feminismo lusófono e, como este atua, que relações ele estabelece, ou, no caso de negativas ou ausências, a nossa tarefa seria identificá-las e tentar discernir as suas razões. Questiona-se, em grande medida, a não complementaridade do projeto que se concebe enquanto modernidade e que foi empreendido sobre os países colonizados nas mais variadas realidades geográficas. Esse projeto foi responsável pela subalternização de milhões de pessoas, a partir do processo de epistemicídio (Santos, 2001: 37), pela construção de uma hierarquização sócio-econômica-cultural e coisificação dos seres humanos e não humanos, assim como pela exploração dos minerais, em grande medida, os metais e pedras considerados preciosos (Quijano, 2005; Mignolo, 2003, 2017; Santos, 2011; Federici, 2017: 109-234).

O feminismo, em suas múltiplas realidades, possui projetos que possibilitam a emancipação social – havendo diferenças de projetos, escalas e formas de execução –, sobretudo oriundos de uma agenda dos movimentos feministas (Soares, 1994), institucionalizados ou não, que empreendem uma dura resistência frente às estruturas opressivas, nomeadamente herdeiras diretas do patriarcado (Walby, 1989, 1990; Millet, 1995), e da dominação masculina (Bourdieu, 1995, 1996), do capitalismo e do colonialismo (Lugones, 2008, Federici, 2017), que auxiliam na construção dessa investigação. A visão de dupla subalternização (interna – a partir das subjetividades, do campo privado – e externa – oriunda dos aspectos públicos), pode ser encontrada em Spivak (2010: 66) e serve como ponto de referência para podermos perceber como se processam as ações, devidamente localizadas em seus respectivos contextos.

A participação das mulheres na vida pública, em sua imensa maioria, é escamoteada em nome das frágeis ideias de masculinidade e heteronormatividade. É a subalternização inserida mediante a imposição da dominação masculina que subjaz ao colonialismo de Estado ou mesmo do capital, exercida em

nome de uma pretensa moral sexual, financeira, social, cristalizando padrões e exercendo outras formas de domínio (das mentes assim como de seus corpos). As epistemologias feministas fazem uso dos discursos produzidos por categorias subalternizadas, tais como mulheres, camponesas/es, negras/os, indígenas, não ocidentais, dentre outras/os – as chamadas minorias políticas, dado que os saberes são localizados e comprometidos (Haraway, 1995). Lidando com a perspectiva de engajamento por parte de quem pesquisa Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000) assim como Burawoy (2004), nos interpelam sobre o papel dos/as intelectuais ativistas. Essas categorias, aliadas aos componentes de classe e raça (Chafetz, 1997) constituem um “nó analítico” fundamental, que entrelaça gênero, classe e raça/etnia (Saffioti, 2015), e trazem uma grande e complexa contribuição aos estudos feministas, de gênero ou, ainda, estudos das mulheres, a chamada teoria crítica feminista. Há aqui uma certa conformidade, por parte de um conjunto de feministas mais críticas, em não dissociar as categorias expostas, haja vista que a atitude traria, a priori, uma perda de observação mais ampla do objeto a ser analisado.

3. Feminismos e mudanças no campo científico

O uso analítico do conceito de gênero trouxe uma valorização, ampliação e significação para as críticas em áreas onde foi aplicado, porém, destacamos o caso particular da sociologia (Scott, 1990; Schouten, 2011; Walby, 2011). No que lhe concerne, a introdução da categoria gênero promoveu um profundo impacto. A marca é indelével e, além disso, dificilmente ocorrerá um retrocesso em seu uso (Cobo, s.d., p. 8; Castells, 2003: 169). No entanto, essa ainda é considerada, por muitos teóricos/as, como uma discussão secundarizada. Na década de 1990, um pouco antes ou depois, os Estudos sobre Mulheres, Feminismo e Gênero (EMGF), como define Pereira (2017), passaram a ter significativos avanços em muitas áreas, sendo a interdisciplinaridade uma das suas características, especialmente aliada ao ativismo acadêmico e, em algumas realidades, com a militância social que não estava nesse local de fala.

Em pesquisas previamente realizadas, não encontramos menção a um termo específico como o feminismo lusófono. Tampouco acerca da produção feminista, em nível de comparação, dos três contextos indicados. Contudo, referências, artigos, discussões e análises nos servem enquanto embasamento, pistas de onde podemos iniciar um processo de aprofundamento da temática. Enfatizamos alguns textos, feministas, que nos auxiliam nessas discussões introdutórias. Porém, é importante perceber que existe uma produção com a qual podemos trabalhar fazendo uso dessa nomenclatura, em grande medida pela dimensão, problematização, raio de atuação e temas empreendidos. Portanto, partimos da ideia de que existe um feminismo lusófono. A tarefa está em perceber como se expressa essa relação entre os contextos elencados para a análise.

Considerado o feminismo no Brasil como sendo atuante e promotor de diversos avanços sociais, sobretudo no assegurar de medidas legais de proteção, acesso e direitos às mulheres e outras minorias, percebemos que muito se deve à sua manifestação acadêmica, especialmente a partir dos anos 1960 e consolidando-se nos 1970 (Moraes, 1996; Teles, 1999; Pinto, 2003). Não só trazendo temas para discussões, mas, muitas vezes, capacitando muitos movimentos sociais e suas frentes de luta e engajamento, além de promover uma articulação com outras esferas de associação, numa espécie de troca de experiências.

Em relação ao feminismo português, destacam-se os textos de Tavares (2011) e Monteiro e Ferreira (2016). O primeiro realiza um apanhado de ações feministas a partir da segunda metade do século XX e aponta, entre outros aspectos, um certo “atraso” ao feminismo português. Um dos fatores utilizados como justificção para essa questão refere-se ao processo ditatorial (1929-1974) que impediu o fomento das ciências sociais, embora não se limitando a essa área de excelência do chamado feminismo acadêmico. Além disso, intensificou uma campanha de destruição e censura em torno da própria expressão feminismo, o que prejudicou a articulação pública de muitas ações em nome de “princípios maiores”, tais como a família, Deus e a pátria. Essa dificuldade fez com que o país demorasse a implementar cursos de Estudos sobre as Mulheres, nomenclatura que retrata uma contundente influência anglo-saxã. O estímulo aos estudos feministas foi, mais tarde, incentivado pelo Estado, com o chamado “feminismo de Estado”, demonstrando uma ausência de articulação de um movimento feminista português, ou melhor, oferecendo pequenas medidas que são consideradas ganhos para as mulheres e, por meio delas, desincentivando sua organização em grupos/associações/coletivos. O segundo texto (Monteiro e Ferreira, 2016) citado confirma esses dados, além de acentuar a sua dificuldade de se estabelecerem efetivas políticas de igualdade de gênero pelo Estado português. Fruto dos estudos feministas, em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, evidencia-se o impulso dado às publicações feministas, sobretudo dirigidas por acadêmicas feministas, em sua maioria, no interior das ciências sociais.

De modo geral, em relação ao desempenho político e acadêmico das revistas feministas, e de modo particular nos casos de Brasil e Portugal, evidenciamos os textos de Ferreira (2001), Minella e Grossi (2003), Jacira (2003), Maluf (2004), Joaquim (2004), Lopes e Piscitelli (2004) e Silva (2013). Estes escritos evidenciam Brasil e Portugal e versam sobre o compromisso político (relação entre academia e movimentos sociais e/ou sociedade organizada, que, por si só, pode ser compreendida enquanto um dos significados para ativismo), a reflexividade, o reconhecimento, a linha editorial, o fomento (sustentabilidade) por meio do incentivo às publicações, com enfoque em aspectos relacionados com as dificuldades encontradas. Essas publicações desempenham um papel importante na implementação de organismos de combate à violência de gênero, no incentivo à construção de políticas públicas, assim como na efetivação de uma ampliação

teórica do feminismo como um todo e, em grande medida, do feminismo acadêmico, auxiliando na motivação de ações sociais no campo político-social, nomeadamente em movimentos sociais e ONG, além dos próprios governos.

Acerca da articulação das análises feministas africanas em associação com as teorias pós-coloniais, destacamos os trabalhos de Arnfred (2004), Monteiro (2009; 2016), Nhantumbo e Meneses (2005) e Casimiro (2015). Arnfred (2004) versa sobre as contribuições das teorias de gênero para a realidade moçambicana, sobretudo a partir de uma ótica pós-colonial, com destaque para as questões do trabalho, da família, da maternidade e da sexualidade, essa última com enfoque nas taxas de HIV. Demonstra ainda que existe um longo caminho a ser percorrido, porém, que alguns processos importantes estão sendo levados em consideração, como, por exemplo, a discussão da participação das mulheres na política, elemento em destaque também no segundo texto citado. Monteiro (2009, 2016) e Nhantumbo e Meneses (2005) sublinham a ideia de colonização interna e externa, além da efetividade da participação de mulheres na política, sobretudo com a criação de políticas públicas que visem a ampliação e a participação delas nestes espaços decisórios. Além disso, tratam da ideia de mestiçagem, traçada pelo processo de colonização portuguesa, e as relações de poder estabelecidas em torno de tais questões, fruto de uma análise feminista e pós-colonial. Casimiro (2015) salienta o percurso realizado pelos estudos de gênero e feminismo, apontando a ausência de investimentos maciços nessa área, além das “fases” por quais as epistemologias e os ativismos se desenvolvem, inseridos no contexto político social e histórico. Evidencia as contradições e a procura de transformação, por meio de ações populares e das discussões realizadas, por exemplo, no âmbito do Fórum Mulher, que objetivam, entre outros, ampliar o movimento e atuar na libertação de opressões das mais diversas formas. Casimiro (2015) destaca, ainda, a implementação do movimento feminista em Moçambique, na sua diversidade e atuação a partir da década de 1980.

Sobre a produção feminista em Moçambique, não foram identificadas publicações periódicas *online* autointituladas feministas. Em grande medida, isso deve-se à diferente maturação das realidades feministas dos países investigados pelos processos sócio-históricos que atravessaram nas últimas décadas. Esse fato não implica afirmar que não existam trabalhos com caráter feminista. Pelo contrário, há discussão sobre a temática, porém, está dissipada. Assim, no caso de Moçambique, não encontramos revistas feministas nos moldes das demais citadas. Todavia a publicação de *Estudos Moçambicanos* preenche os critérios, sobretudo por veicular trabalhos de feministas e discussões ligadas aos EMGF. Em todo o caso, a nossa investigação centrará a atenção em sua produção a partir dos anos 1990, considerando a revista ter tido início em 1980. Os textos referidos aqui abordam, de forma geral, questões da cotidianidade feminina, como o trabalho, a violência (doméstica), o aborto (regulamentação),

a maternidade, a educação, a saúde e a sexualidade, porém destacamos a ideia de trabalhar sobre as concepções de gênero empreendidas no país. Diferem das publicações brasileiras e portuguesas no sentido de que não existe uma linha editorial autointitulada feminista que permita classificar essas publicações como tal, da mesma maneira que as demais realidades investigadas. Essa dimensão de auto-identificação é latente nas linhas editoriais dos periódicos trabalhados desde os seus primeiros números (e.g. *REF*, *Cadernos Pagu*, *Faces de Eva* e *ex æquo*), embora seja destacada a função de ativismo desde seu primeiro número, como *First* manifesta no primeiro editorial (1980: 2-8).

4. Publicações periódicas feministas no meio acadêmico: contributo de um ativismo político e epistêmico

Uma publicação acadêmica, seja ela feminista ou não, é muito mais do que apenas um local onde se divulgam artigos, ideias, conceitos e se problematizam questões, estabelecendo uma espécie de complementação ao mercado editorial, de maneira mais ágil, devido à sua periodicidade. A maioria destas revistas são, em si mesmas, uma forma de posicionamento político – sobretudo aquelas que destacam de modo concreto essa opção, como é o caso da maior parte das publicações periódicas feministas – diante de homogeneidades, hierarquizações, distorções e discussões, muitas vezes, subvalorizadas. Torricella (2001) define alguns aspectos destas revistas. Para tanto, a autora afirma que “Uma revista é um dispositivo inescapável para pensar sobre o tráfego transnacional de teorias e conceitos, uma vez que organiza traduções e divulgações de tópicos discursivos, terminologias, debates, etc.” (40º parágrafo).

De maneira geral, uma publicação periódica acadêmica feminista é aquela que está vinculada a uma universidade, seja a um centro/departamento de investigação ou mesmo à editora da instituição. Mesmo assim, o que mais a caracteriza como tal é a autodefinição, em sua maioria, exposta já no primeiro editorial da publicação. As primeiras publicações dessa natureza aparecem nos Estados Unidos da América durante os anos 1970, quando surgem os primeiros cursos superiores sobre estudos da mulher (Navarro, 2004: 60). Em fins da década de 1970 ocorreu também a implantação das primeiras revistas sobre estudos feministas ou das mulheres (Evans, 1997: 38), sendo os espaços acadêmicos dos EUA, Grã-Bretanha e França os primeiros a desenvolver de forma contínua essa prática (Soihet, Costa, 2008). Nesse momento, são criadas seis revistas acadêmicas feministas no EUA. Conforme Navarro (2004: 60), todas são revistas interdisciplinares e caracterizam-se por uma autodenominação enquanto feministas, não necessariamente de uma mesma perspectiva teórica, porém com um objetivo comum: empreender um amplo processo de combate à opressão das mulheres, vocabulário muito comum na década citada. Essa premissa pode ser identificada também nas revistas de língua portuguesa

o que revela a pluralidade de formações das autoras e a transversalidade (ao mesmo tempo que a centralidade) das discussões que analisam. Uma revista de Estudos das Mulheres (*Women's Studies*) é compreendida, em si mesma, enquanto uma maneira de inserir de forma concreta as mulheres no cenário acadêmico e divulgar suas experiências, pensamentos e pesquisas.

Já no início dos anos 1980, empreendeu-se a tentativa de especializar as discussões veiculadas por essas revistas com revistas ligadas a discussões mais antropológicas, históricas, filosóficas ou sociológicas. Obviamente, esse caráter não determinou que não houvesse a interdisciplinaridade como profunda marca dessas publicações. Além disso, a década de 1980 é aquela com o maior número de publicações. Elas são utilizadas também como elos entre comunidade – movimentos sociais e/ou outras organizações feministas – e academia, com o aporte do ativismo por parte de suas integrantes. E serviram como referências para outras realidades, em especial, os casos que estamos investigando. Destacamos aqui a REF, publicada no Brasil em 1992, que traz em seu editorial essa informação, além de ser fortemente interdisciplinar. Sobre a especialização dos saberes, apontamos a revista *Faces de Eva*, publicada em Portugal em 1999, dedicada a análises históricas.

A criação e veiculação dessas revistas representou um grande momento de intelectualização do feminismo, além de uma espécie de definição de espaços, no sentido de expor não somente a presença teórica, assim como a física. Em outras palavras, é mais uma etapa na dinâmica de efetivação do feminismo acadêmico e ativista. É precedida, quase ao mesmo tempo, pela criação das revistas de Estudos de Gênero. Essas são fruto também da mobilização e ativismo acadêmicos em consonância com reivindicações sociais importantes, tais como a ampliação dos direitos de cidadania, representada pelo movimento LGBT, de onde vão se desenvolver as questões pertinentes à chamada teoria *queer*, assim como a complexidade das relações entre os sexos, a interseccionalidade, a quebra com os essencialismos estabelecidos por parte das análises meramente baseadas em aspectos biológicos, entre outros. Some-se a isso a reivindicação e consolidação de direitos elementares, como o trabalho, a maternidade, o direito ao corpo. Essas medidas evidenciam, de maneira veemente, o posicionamento político contido em suas análises: o feminismo é político, possui lado, não é “neutro” (Soihet, Costa, 2008). Isso passa a despertar duras críticas em torno da validade das investigações e estimula a retomada dos conceitos de poder, ciência, conhecimento. Mas, sobre quem recai a decisão sobre isso? Pereira (2012: 296) caracteriza como “*dismissive recognition*” (reconhecimento minorizador) a maneira como muitos acadêmicos observam e se referem às discussões sobre a contribuição dos estudos feministas e de gênero, o que, mais uma vez, evidencia uma espécie de comando das ciências e de muitos saberes dos quais as mulheres não faziam parte, sendo essa mais uma faceta do androcentrismo.

A academia não combina com militância, apontam os conservadores, ela é fruto de um forte rigor metodológico, o que revela uma conduta excludente. Porém, onde uma dimensão anula a outra? Esse debate, como nos lembra Pedro (2008: 88), ainda é bastante presente e, em alguns casos, de forma velada, como salientou Pereira (2012, 2017). Bojar e Naples (2002: 255) destacam que não é uma tarefa fácil inserir a teoria feminista na prática cotidiana. Além de ser um trabalho como outro qualquer, que mobiliza a ideia de ativismo social e político, ele é visto como inferior e, muitas vezes, não é remunerado na mesma maneira que os demais (*idem*).

Para uma dupla questão (relacionada a inserção das mulheres enquanto acadêmicas), conforme aponta Walby (1996), surge mediante a integração da participação feminina no mercado de trabalho, medida essa produzida por políticas de incentivo, nos países do Ocidente, que são a ideia de empoderamento, mediante esse ingresso e a de vitimização, por todos os males que ele acarreta. E, a partir disso, a autora argumenta sobre uma dupla forma de análise, tanto macro – ligada às questões do patriarcado –, quanto meso – referente à participação, integração, exclusão, marginalização e separação. Destaca ainda que prefere utilizar os termos desigualdade e desvantagem ao invés de vitimização, além de capacidade política no lugar de fortalecimento. Em nossa compreensão, não é uma simples alteração semântica, é, de fato, uma capacitação política em torno das expressões utilizadas, o que efetiva ações e propõe uma mudança de perspectiva (*idem*: 5).

A dimensão de associação das publicações de livros e revistas especializadas (inclusive em campos disciplinares) refletiu-se na formação de novas investigadoras da temática e fomentou também o interesse e a especialização em cursos na área, a partir de três fenômenos, como destaca Perrot (2005: 15-17): científicos, profundamente marcados pela crise dos paradigmas; sociológico, mediante o maior ingresso de mulheres nas universidades (estudantes e docentes) que passam, de forma concreta, a feminizar o ensino; e político. Obviamente que tudo isso gerou intenso debate no interior dos espaços acadêmicos e acaba por ser difundido pelas próprias publicações.

A partir do exposto, os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo adquirem uma dimensão interdisciplinar, inicialmente remontando aos processos sócio-históricos da condição das mulheres e estimulando o ativismo destas nos processos de sedimentação e ampliação de vagas em institutos e/ou centros de ensino. Por meio disso, as mulheres passam a ser o próprio objeto de estudo, não mais secundarizado, ocultado e negligenciado. As ciências sociais e humanas, de forma mais concreta nas disciplinas de sociologia, história e antropologia, foram responsáveis por parte considerável desses processos. Porém, é de se perceber que a dimensão do público foi quebrada, na medida em que a perspectiva do privado, que era considerado, até então, um universo de análise marcadamente feminino, fora introduzida visto que, de fato, a dicotomização

entre elas não favorecia a compreensão ampla do fenômeno. Somando a isso, foram-se aprofundando os estudos que estavam sendo realizados, forçando, em alguns casos, a revisão da própria contribuição epistêmica que se acreditava consolidada. O campo da literatura, sobretudo aquela mais engajada, também é motivador dessa dinâmica de compreensão de uma nova mulher, mais consciente e exigente de seus direitos sociais. O mesmo aconteceu com a generalidade das artes, também estas configuradas como campo de enunciação.

A influência das discussões sobre público e privado propostas pelo feminismo acadêmico revelaram subsídios reais para a implementação de uma agenda de Estado no que se refere às políticas públicas de gênero³. Por sua vez, elas passam a ser questionadas de tempos em tempos, nos mais diversos contextos, por grupos conservadores, que buscam a manutenção do poder.

Todavia, para alguns/as teóricos/as, a necessidade de inovação exigida a partir das discussões do feminismo acadêmico (Adelman, 2003; Amâncio, 2003; Corrêa, 2001; Evans, 1997; Ferreira, 2001; Joaquim, 2004; Lopes e Piscitelli, 2004; Lovell, 1996; Narvaz e Sílvia, 2006, Pereira, 2012; 2014; Pereira e Santos, 2014), ainda que não exclusivamente dele, solicitaram a ampliação de epistemologias. A mudança da geopolítica mundial, atrelada aos mercados globais, dissolução de fronteiras, fundação de blocos econômicos, fomentou outras discussões que não estavam na agenda até então. Além disso, o Norte, geográfico e teórico, não conseguia responder a todos os questionamentos que surgiam. Outras epistemologias passaram a eclodir, o que estimulou a ampliação dos procedimentos metodológicos, que estamos, em nossa investigação, chamando de metodologia feminista.

É relevante destacar as discussões que existiram (em muitos casos, ainda existem) entre as feministas nas Conferências de debate sobre as mulheres (Conferência Mundial da Mulher – Cidade do México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985; e Pequim, 1995) que foram desenvolvidas a partir da implementação da década da Mulher (1975-1985), incentivadas pela Organização das Nações Unidas. Nesses locais, feministas puderam perceber a profunda diferença que existe entre suas realidades, dado que muitas possuíam uma visão idílica da complexidade que se detinha. Mencionamos as questões que permeavam feministas não-ocidentais e ocidentais, aquelas que eram oficiais (que foram constituídas pelos governos para participarem do evento) e aquelas que não, pois eram oriundas de movimentos sociais (Ergas, 1991: 580). Nestas conferências, foram muitos e intensos os embates em torno dessas questões que se fazem presentes até o momento.

3 Em Portugal, trata-se do “feminismo de Estado”. Em linhas gerais, o Estado promove a emancipação feminina, sobretudo no sentido de ultrapassar as demandas dos movimentos feministas no que se refere à implementação de políticas públicas. Todavia, isso alerta também para um desencorajamento das próprias organizações feministas. Ressaltamos que Portugal vivia sob um processo ditatorial, um dos mais longos do século XX (Monteiro, 2011).

No caso dos EMGF, os países considerados periféricos passaram a contribuir, cada vez mais, com a construção de novas teorias de explicação das suas realidades sócio-históricas, o que inclui elementos religiosos, de classe, etnia/raça, política, ecologia, discussão em torno da violência, dentre outras. São também receptores de epistemologias já experienciadas, principalmente nas academias do Norte, e que estimulam suas contribuições. Existem, nesse momento, muitos grupos de investigação sobre estudos das mulheres na América Latina e Europa – principalmente, na chamada Europa do Sul – e, com eles, o impulso para a criação de publicações. Destacamos aqui algumas realidades que estão localizadas, temporalmente, entre fins da segunda e terceira gerações.

As publicações investigadas – o primeiro número da *Revista de Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu* – no Brasil possuem, de modo genérico, uma distribuição que pode auxiliar na compreensão de como foram constituídos os estudos feministas e de gênero no país. Por exemplo, as edições analisadas na década de 1990 destacam fundamentos científicos, temas sociais – trabalho, prostituição; memória – direito, tradição oral, ecossistema, política, aborto, todavia, ainda com perspectivas mais voltadas a construção de bases para assim auxiliar na consolidação dessa área no país. É o período da instauração, contando com quase totalidade dos artigos publicados com autoria de acadêmicas do Brasil.

Na década seguinte não somente percebe-se a consolidação das publicações assinaladas como centros de referências nos EMGF assim como o aumento no volume de artigos e contribuições do exterior, em grande medida de acadêmicas dos Estados Unidos, França e Portugal. As temáticas, desse momento, trataram sobre erotismo – violência, pornografia, papéis de gênero, sadomasoquismo, fetiche; racismo – feminismo negro, organização de mulheres negras, povos indígenas, artes – cinema, telenovela, literatura; teoria feminista – interseccionalidade; o papel das novas masculinidades; educação – escola e sexualidade; envelhecimento; proteção social.

Já nos anos 2010 (2012-2013, três números da *REF* e dois de *Cadernos Pagu*) podemos identificar uma pluralidade de contribuições, África – Cabo Verde; América – Colômbia, Canadá, Estados Unidos, Argentina Chile; Oceania – Austrália; Europa – Portugal e Espanha. Em quase sua totalidade os artigos estão publicados em língua portuguesa, apenas uma pequena fração está disponível em espanhol. Os temas veiculados nesse momento versavam entre violência – abuso infantil, de gênero; masculinidades – hegemonismo, biomedicação; gênero e ciências; política – memória, linguagem; teoria feminista; moradia; pós-colonialidade; feminismo negro; homossexualidade – família; gênero – sexualidade; sexualidade indígena; artes – moda, literatura, dança, fotografia; esporte; justiça; maternidade; cidadania; revista feminina; envelhecimento; saúde – HIV; inclusão social; deficiência; teoria *queer*; aborto; trabalho – pesca, avicultura, doméstico, tripla jornada; escrita feminista.

Dos 130 artigos, distribuídos nas seções artigos livres, dossiers, e artigos temáticos, a autoria predominantemente é feminina, com 11,1% de homens para o primeiro caso e pouco mais de 15,7% para os segundo.

A especificidade do contexto moçambicanos nos impele a analisar todos os números da revista *Estudos Moçambicanos* a partir da década de 1990, haja vista ela ter tido seu primeiro número em 1980. Todavia, o critério utilizado para a seleção dos artigos é a auto titulação feminista de sua autoria, isso é uma das prerrogativas trabalhadas em nossa pesquisa para identificar a construção de feminismos em realidades socioculturais onde a expressão não seja tão usual, percebendo assim a dinâmica temporal distinta entre os contextos verificados. No total, foram identificados artigos que tratam dos EMGF em seis edições, somando 17 artigos. O primeiro conjunto de artigos, dispostos na década de 1990, tratam de temas como direito, teoria de gênero, mulher e meio ambiente, representações de gênero, dinâmica populacional, biografias e identidades, quase sempre objetivando a realidade local. Todos eles, 17 ao total, disponíveis em língua portuguesa e de autoria majoritariamente feminina, apenas com pouco mais de 18,1% de autoria masculina.

Nadécadaseguinte,ogrupodeartigosassinalamastemáticasligadasapolítica e gênero, saúde – HIV, religião, trabalho – rendimento, envelhecimento e revistas femininas. Além disso, o que nos chama atenção são dois artigos que tratam de inventariar a produção de caráter feminista de centros acadêmicos moçambicanos.

De modo geral, as publicações portuguesas procuraram, em princípio, estabelecer elementos que fundamentassem as pesquisas futuras, com diversos relatos, textos de referência feminista – de outras realidades, articulando a ideia de um feminismo no país, pouco visibilizado, sobretudo pela censura e repressão do regime ditatorial (Tavares, 2010). Todavia, salientamos a intensa contribuição e articulação com algumas realidades, nomeadamente da península Ibérica e Brasil, além de alguns contributos destacados com França. O que não impede de percebermos, em menor número, a participação de acadêmicas de diversos países da África em alguns dos números, porém esses em questão não estão sendo analisados.

Ambas as publicações – *Faces de Eva* e *ex æquo* tiveram veiculação em 1999, nesse momento, apontamos os temas voltados a moral – escrita de mulheres e conduta, religião; estudos sobre as mulheres; moda; história e mulher; educação – profissionalização, legislação; maternidade. Onde todos os textos, totalizando 48, estão disponíveis em língua portuguesa, por pessoas que trabalhavam, naquele momento, no país, e com autoria majoritariamente de mulheres, no entanto destacamos aqui que a revista *Faces de Eva*, nos números utilizados em nossa análise de 42,8% de autoria masculina, enquanto a *ex æquo* é de 13,95%. No fim dos anos 2000, os temas versam sobre relações de gênero e discriminação; educação – utopia; arte – teatro, representação; sexualidade – história; história – primeira vaga, Estado Novo,

Primeira República; religião e feminismo; revistas feministas – história, papel; teoria feminista – feminismo radical, feminismos *queers*; tecnologia e gênero; saúde – LGBT e psicopatologia; mídia; imagem e representação; trabalho e identidades. Com artigos em sua maioria disponíveis em espanhol e português, havendo ainda em francês. Além de contribuições de Brasil, França, Espanha

Considerações finais

A análise dos dados das publicações trabalhadas, desde 1992 até 2019⁴, permite-nos, num primeiro instante, realizar um mapeamento das principais temáticas abordadas e mostrar como o feminismo lusófono se expressa. As considerações visíveis até o momento apontam para a presença de um feminismo lusófono intenso⁵ (com frequência de trânsito – volume de produção, epistemologias utilizadas, parceria entre teóricas – diferenciada entre os contextos investigados), todavia, utilizado numa escala inferior que os de língua inglesa e francesa, por exemplo. O hegemonismo idiomático, muito influenciado pelo *mainstream* acadêmico, incentiva uma espécie de uniformização de publicação de diversas temáticas, produzindo uma espécie de “senso comum universal” (Bourdieu; Wacquant, 2002: 16). Em grande medida, é direcionado pelo número de falantes do idioma, sua aceitação acadêmica e a possibilidade de maior impacto destes trabalhos; mas é também uma constante representação do colonialismo acadêmico que vivenciamos, tanto em termos da força do idioma dos países colonizadores, como daquilo que se define enquanto saber (Mignolo, 2017).

Uma das conclusões a que chegamos a partir das análises dos dados previamente identificados, é que, após a implementação das revistas especificamente de estudos sobre as mulheres, o que significa, em nossa leitura, uma centralização e veiculação dos estudos, não necessariamente como algo negativo, isso também evidencia uma tendência de consolidação dos quadros temáticos. Além disso, em relação especificamente às temáticas trabalhadas pelas publicações em destaque, percebemos uma articulação, em maior ou menor escala, entre elas, sobretudo com uma espécie de caminho comum dos EMGF. Destacamos: a) formação de uma base científica, voltada à temática, criando ou ainda aprofundando fundamentos que servem de base para investigações seguintes; b) discussões ligadas à cotidianidade das mulheres – cada uma das publicações expõe, nesse quesito, uma escala meso, incluindo temas como o trabalho, a família, a cidadania, com conotação social mais ampla, sobretudo ligados ao corpo, ao direito, ao acesso e ao trabalho feminino, constituídos a partir de várias vertentes teóricas; e c) discussões voltadas para as concepções

4 Até o momento da entrega desse material, não foram verificadas todas as edições de 2019, nomeadamente das revistas portuguesas, que representam a terceira parte das análises empreendidas.

5 Verificável, dentre outras formas, pela relação autoral que possuem temas em comum.

epistemológicas e caminhos que o próprio feminismo pode seguir, seja no interior da ciência ou na sociedade de forma mais ampla, inclusive com a divulgação de alguns trabalhos que servem de referências, ampliando, assim, o acesso, especialmente daquelas pessoas que não leem noutra língua e, além disso, podendo representar o intercâmbio de ideias entre acadêmicas de outras esferas.

Há, em alguns momentos, associação de temas publicados, sendo esses passíveis de, no mínimo, duas leituras: a) uma contextualização do período imediato, sintetizando as agendas mais latentes num dado tempo, o que pode ser considerado uma convergência não necessariamente acordada, ou mesmo uma demanda mais intensificada, questão a explorar nas entrevistas que serão realizadas; e b) confluência de necessidades em comum da temática como um todo, haja vista as produções de revistas feministas em língua portuguesa com conotação acadêmica ter sido mais tardia. Isso não significa afirmar que essa produção possui menor rigor científico, ou mesmo que não possua relevância no cenário internacional. Contudo, compreendemos que a percepção dessas dinâmicas representa uma análise mais ampla do fenômeno estudado, assim como auxilia na identificação de critérios outros que não estavam sendo levados em consideração *a priori*.

Dessa maneira, é perceptível que temáticas são trabalhadas, porém, sem uma maior articulação entre os contextos investigados, o que não impede trocas de experiências, como podemos constatar pelo menos nos casos de Brasil e Portugal. A realidade moçambicana é pouco trabalhada fora de seu espaço geográfico, assim como da África, em geral, mas havendo sinais de alterações desse cenário. É observável a influência teórica exercida por trabalhos sul-africanos em relação a Moçambique, por exemplo com a revista *Feminist Africa*. Ainda assim, podemos identificar as temporalidades díspares das academias nos países analisados, oriundas dos processos de consolidação dos sistemas educativos por meio de políticas públicas, o que, em nossa análise, não deve ser interpretado como um aspecto negativo, na medida em que deve-se identificar as lacunas para que se construam efetivos cenários de desenvolvimento. Afinal, o acesso à educação é um dos elementos fundamentais para a libertação de mentes e, conseqüentemente, das sociedades que vivem sob regimes de opressão.

Referências Bibliográficas

- ADELMAN, Miriam. (2003). Das margens ao centro? Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. In. *Revista de Estudos Feministas*, 11(1), pp. 284-288.
- ALCOFF, Linda. POTTER, Elizabeth. (1993). When feminisms intersect epistemology. In: Alcoff, L.; Potter, E. (Eds.). *Feminist Epistemologies*. London and New York: Routledge, pp. 1-14.

- AMÂNCIO Lígia. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. In: *Análise Social*, v. 38 (168), pp. 687-714.
- ARNFRED, Signe. (2004). Concepts of Gender in Colonial and Post-colonial Discourses: the case of Mozambique. In: *Gender Activism and Studies in Africa: Codesria Gender Series*, v. 3, Dakar, Senegal: CODESRIA, pp. 108-128.
- BARDIN, Laurence. (2016 [1977]). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lda.
- BOJAR, Karen, NAPLES, Nancy A. (2002). Conclusion: reflections on the present and future of feminist praxis in women's studies. In: Naples, Nancy A., Bojar, Karen. (Eds.). *Teaching feminist activism: strategies from the field*. New York: Routledge, pp. 255-257.
- BOURDIEU, Pierre. (1995). A dominação masculina. In: *Educação e Sociedade*. 20 (2), pp. 133-184.
- BOURDIEU, Pierre. (1996). Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: Lopes, M. J.; Meyer, D. E.; Waldow, V. R. (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 28-40.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. (2000). *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loïc (2002). “Sobre as artimanhas da razão imperialista”, *Estudos Afro-Asiáticos* [em linha], 24(1), pp. 15-33. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n1/a02v24n1.pdf>>, acesso 09/2019..
- BUROWAY, Michael. (2004). Public Sociologies: Contradictions, Dilemmas, and Possibilities. In: *Social Forces*, 82(4), pp. 1603-1618.
- CASIMIRO, Isabel. (2014). “Paz na terra, guerra em casa”: *feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Recife: Editora UFPE.
- CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. (2008). *Metodología de la investigación feminista*. CII-CH/ UNAM. México, DF: México.
- CASTRO, Zília Osório de. (1999). Nota de abertura. In: *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 1-2, pp. 7-9.
- CASTELLS, Manuel. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol II. Trad. Alexandra Lemos; Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHAFETZ, Janet Saltzman. (1997). Feminist theory and sociology: underutilized contributions for mainstream theory. In: *Annual Review of Sociology*, (23), pp. 97-120.
- COBO, Rosa. (s.d.). *Sociología crítica y teoría crítica feminista*. (s.f.). Disponível em: <http://www.ugr.es/~gemma/files/Rosa_Cobo.pdf>, acessado em março de 2019.
- CONNELL, Raewyn. (2012). A iminente revolução da teoria social. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, pp. 09-20.

- CORRÊA, Mariza. (2001). Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: *Cadernos Pagu*, (16), pp. 13-30.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, pp. 1-20.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. (1994). Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Revista de Estudos Feministas*, n. 2, pp. 373-382.
- ERGAS, Yasmine. (1991). O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: Duby, Georges; Perrot, Michelle. (Orgs). *História das mulheres no Ocidente, o século XIX* (v. 4). Trad. Cláudia Gonçalves; Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento, pp. 579-607.
- EVANS, Mary. (1997). *Introducción pensamiento feminista contemporaneo*. Trad. Rosalia Pereda. Madrid: Minerva Ediciones.
- EX AEQUO. (1999). *Editorial*, n. 1, pp. 5-10.
- FEDERICI, Silvia. (2017). *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- FERREIRA, Virgínia. (2001). Estudos sobre as mulheres em Portugal: a construção de um novo campo científico. In: *Ex æquo*, nº 5, pp. 9-25.
- FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. (2016). Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné Bissau e Brasil. In: *Revista de Estudos Feministas*, 24(3), pp. 909-927.
- FIRST, Ruth. (1980). Editorial. Subdesenvolvimento e trabalho migratório. In: *Estudos Moçambicanos*, n. 1, pp. 2-8.
- GARCÍA, Ana Lidia. (1998). Historia de las mujeres en el siglo XIX: algunos problemas metodológicos. In: Bartra, Eli. (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM-Xochimilco, pp. 199-228.
- HARAWAY, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, (5), pp. 07-41.
- HARDING, Sandra. (1998). ¿Existe un método feminista? In: Bartra, Eli. (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM-Xochimilco, pp. 9-34.
- JOAQUIM, Teresa. (2004). Ex æquo: contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal. In: *Revista de Estudos Feministas*, 12 (N.E.), pp. 88-93.
- LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. (2000). *Claves feministas para la autoestima de las mujeres*. Madrid: Horas y Horas la Editorial.
- LAVINAS, Lena. (1992). Editorial. In: *Revista de Estudos Feministas*, n. 0, pp. 3-4.

- LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. (2004). Revistas científicas e a constituição de campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. In: *Revista Estudos Feministas*, v.12[N.E.], pp 115-121.
- LOVELL, Terry. (1996). Teoria social feminista. In: Turner, Bryan. S. (Org.). *Teoria Social*. Alges, Portugal: Difel, pp. 313-346.
- LUGONES, María. (2008a). Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: Mignolo, Walter. (Comp.). *Género y descolonialidad*. 1ª ed. Buenos Aires: Del Signo, pp. 13-54.
- MALUF, Sônia Weidner. (2004). Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. In: *Revista de Estudos Feministas*, 12(N.E.), 235-243.
- MELO, Jacira. (2003). Publicar é uma ação política. In: *Revista de Estudos Feministas*, 11(1), pp. 298-301.
- MENESES, Maria Paula. (2016). Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique. In: *Revista OPSIS*, v 16, n. 1, pp. 26-44.
- MIES, Maria. (1998). ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a la ciência y la metodologia feministas. In: Bartra, E. (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM-Xochimilco, pp. 63-102.
- MIGNOLO, Walter D. (2003). *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MIGNOLO,, Walter D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32, n. 94, pp. 1-18.
- MILLET, Kate. (1995). Política sexual. Trad. Ana María Bravo García. Madrid: Ediciones Cátedra.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4ª ed. São Paulo e Rio de Janeiro. HUCITEC. ABRASCO.
- MINELLA, Luzinete Simões; Grossi, Maria Pillar. (2003) Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências. In: *Revista de Estudos Feministas*, 11(1), pp. 217-223.
- MONTEIRO, Eurídice Furtado. (2016). Crioulidade, colonialidade e gênero: as representações de Cabo Verde. In: *Revista Estudos Feministas*, 24(3), pp. 983-996.
- MONTEIRO, Eurídice. Furtado. (2009). *Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições Uni-CV.
- MONTEIRO, Rosa (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorphoses*. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.

- MONTEIRO, Rosa; FERREIRA, Virgínia. (2016). Women's movements and the State in Portugal: a State feminism approach. In: *Sociedade e Estado*, 31(2), pp. 459-486.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. (1996). *Vinte anos de feminismo*. Campinas, Tese de Livre-docência, Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp.
- NARVAZ, Martha Giudice. Koller, Sílvia Helena. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero; articulando pesquisa, clínica e política. In: *Psicologia em Estudo*, v 11, pp. 647-654.
- NAVARRO, Marysa. (2004). Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-americano. In: *Revista de Estudos Feministas*, 12 (N.E), pp. 59-62.
- NHANTUMBO, Sónia; MENESES, Maria Paula. (2005). Inventário das actividades com abordagens de gênero em cursos realizados na UEM nos últimos 25 anos. In: *Estudos Moçambicanos*, 21, pp. 105-129.
- PEDRO, Joana Maria. (2008). Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. In: *Revista de Estudos Feministas*, 16(1), pp. 87-95.
- PEREIRA, Maria do Mar. (2012). 'Feminist theory is proper knowledge, but...': The status of feminist scholarship in the academy. In: *Feminist Theory*, 13(3), pp. 283-303.
- PEREIRA, Maria do Mar. (2017). *Power, knowledge and feminist scholarship: an ethnography of academia*. Routledge: Lodon.
- PEREIRA, Maria do Mar; SANTOS, Ana Cristina. (2014). Introdução. Epistemologias e metodologias feministas em Portugal: contributos para velhos e novos debates. In: *Ex æquo*, n. 29, pp. 9-21.
- PERROT, Michelle. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC.
- PINTO, Céli Regina Jardim. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- PISCITELLI, Adriana. (1993). Apresentação. In: *Cadernos Pagu*, n. 1, pp. 5-6.
- QUIJANO, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, pp.227-278.
- RAMAZANOGLU, Caroline; HOLLAND, Janet. (2002). *Feminist methodology: challenges and choices*. Lodon; Sage.
- SAFFIOTI, Helleieth I. B. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Orgs.). (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2001). *As tensões da modernidade*. Disponível em <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1325792284_As%20

- tens%C3%B5es%20da%20Modernidade%20-%20Boaventura%20de%20Sousa%20Santos.pdf> acesso em 03/2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2011). *A crítica da razão indolente: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 8ª edição. São Paulo: Cortez.
- SCHOUTEN, Maria Johanna. (2011). *Uma sociologia do gênero*. Famicão: Húmus.
- SCOTT, Joan Wallach. (1990) “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*, vol. 16, nº 2, jul./dez, pp. 5-22.
- SILVA, Carmem. (2013). Desafios das publicações feministas. In: *Revista de Estudos Feministas*, 21 (2), pp. 625-3-635.
- SOARES, Vera. (1994). Movimento feminista: paradigmas e desafios. In: *Revista de Estudos Feministas*, N.E., pp. 11-24.
- Soihet, Rachel; Costa, Suely Gomes. (2008). Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero; In: Gragoatá, n. 25, pp. 29-49.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010). *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TAVARES, Manuela. (2011), *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto.
- TAYLOR, Verta. (1998). Feminist methodology in social movements research. In: *Qualitative Sociology*, v. 21, n. 4, pp. 367-379.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- TORRICELA, Paula. (2012). Sobre academia occidental y revistas feministas: interpelaciones de la crítica pós-colonial. In: *Labrys: Estudos Feministas*, n. 20-21. Disponível em <<https://www.labrys.net.br/labrys20/AL/torricella.htm>>, acesso 05/2019.
- WALBY, Sylvia. (1989). Theorising Patriarchy. *Sociology*, v. 23, n. 2, pp. 213-234.
- WALBY, Sylvia. (1990). *Theorising Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- WALBY, Sylvia. (1996). Key concepts in feminist theory. In: *FREIA's tekst-serve*, n. 33, pp. 1-18.



Universidade do Minho

